



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Reunião Comitê Nacional de Governança e Estratégia

PROPOSTA DE PAUTA

1. Pendências de reuniões anteriores	Identificador
Não há pendências.	1.1.

2. Itens para pauta	Identificador
Primeira reunião preparatória para o 17º ENPJ	2.1.
Grupo Saneamento DATAJUD	2.2.
Revisão do Plano Estratégico da JT 2021-2026	2.3.
Proposta de Metas 2024 - Processo participativo - Consulta pública	2.4.
Glossário de Indicadores do PE-JT - ajustes	2.5.
Portfólio de Iniciativas Nacionais - PE-JT 2021-2026 - atualização	2.6.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Reunião Comitê Nacional de Governança e Estratégia

ATA DE REUNIÃO	
Local	Período
Virtual	6/6/2023

No dia **6 de junho de 2023**, das 10h às 11h30, ocorreu a Reunião do Comitê Nacional de Governança e Estratégia (CNGE).

Link da gravação: https://drive.google.com/file/d/1iK3Uhu-PbYjYelnOMPjA_rEzvg3Dpys/view

Estiveram presentes os seguintes membros do referido Comitê (conforme artigo 3º do Ato CSJT.GP.SEGGEST n.º 104/2022), bem como os servidores:

Nome
Daniel Viana Júnior Desembargador Gestor de Metas do TRT da 18ª Região
Michael Wergner Knabben Juiz Auxiliar da Corregedoria Gestor de Metas Substituto do TRT da 21ª Região
Luciane Storer Desembargadora Gestora de Metas do TRT da 15ª Região
Adriana Meireles Melonio Juíza Auxiliar da Presidência e Gestora de Metas do CSJT/TST
Bráulio Gabriel Gusmão Juiz Secretário-Geral do CSJT
Rafael Araujo Leal Secretário de Governança e Gestão Estratégica do CSJT/TST
Márcio Vinícius Gimenes Milan Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 2ª Região
Iara Cristina Gomes Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 15ª Região
Robnaldo José Santos Alves Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 18ª Região
Dirceu Victor Monte de Hollanda Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 21ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Reunião Comitê Nacional de Governança e Estratégia

Daniel Gerbis de Aguiar Convidado SEGGEST
João Paulo de Lima Silva Convidado SEGGEST
Ana Luisa Amorim Ribeiro Convidado SEGGEST
Renata Freire Camargos Convidado SEGGEST
Ana Luisa Fogarolli Rodrigues da Cunha Convidado SEGGEST

O Secretário de Governança e Gestão Estratégica, Sr. Rafael Leal, iniciou a reunião e apresentou a pauta.

A seguir, os itens da pauta foram tratados como segue:

Item:	2.1 Primeira reunião preparatória para o 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário - ENPJ
<p>No próximo dia 9, sexta-feira, realizar-se-á a 1ª reunião preparatória para o 17º ENPJ.</p> <p><u>Programação:</u></p> <p>14H SOLENIDADE DE ABERTURA MINISTRA ROSA WEBER, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)</p> <p>14H20 ACOMPANHAMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO •Apresentação do Relatório de Acompanhamento da Estratégia Nacional 2022</p> <p>•Apresentação dos Resultados das Metas Nacionais 2022</p> <p>14H50 METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO – POSSÍVEL AVANÇO NA METODOLOGIA DE CONCEITUAÇÃO</p> <p>15H20 JUSTIÇA 4.0: CONTRIBUIÇÕES À EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL</p> <p>15H50 PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2023</p> <p>16H20 ATUAÇÃO DA CORREGEDORIA NACIONAL PARA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA DO PODER JUDICIÁRIO</p> <p>16H50 ENCERRAMENTO</p>	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Reunião Comitê Nacional de Governança e Estratégia

Considerações/Deliberação:

Pontuou-se a realização da primeira reunião preparatória para o 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário - ENPJ e da respectiva programação.

Item: 2.2 Grupo de Saneamento do DATAJUD - participação da Estratégica

[ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 68, DE 27 DE SETEMBRO DE 2022](#) - Institui o Grupo de Trabalho para Alinhamento de Dados Estatísticos para a Base Nacional de Dados Processuais do Poder Judiciário (DATAJUD)

PARTICIPAÇÃO DA REDE ESTRATÉGIA (Inciso incluído pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP Nº 27/2023):

Paulo Fernando Rodrigues, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região;
Robnaldo José Santos Alves, do Tribunal Regional do Trabalho da
18ª Região

Deliberação:

O Secretário de Governança e Gestão Estratégica do CSJT relatou a inclusão de dois servidores vinculados à estratégia da Justiça do Trabalho no Grupo de Trabalho de Alinhamento de Dados Estatísticos para o Datajud e informou que foi enviado ofício do CSJT, ao CNJ, encaminhando demandas da gestão estratégica a respeito de correções e de inconsistências no Datajud.

Apesar da atuação da Rede de Governança da Justiça do Trabalho, não houve resposta objetiva daquele Conselho, assim como encontram-se atrasados os processos de construção dos painéis de saneamento das metas nacionais. Diante desse cenário, a rede da Justiça do Trabalho sugeriu ao CNJ excluir o eixo produtividade do Prêmio CNJ de qualidade, tendo em vista o impacto causado aos resultados das metas. A desembargadora do TRT15, Dra. Luciane Storer, enfatizou essa lacuna junto ao CNJ, relatando ofício enviado pelo CNJ (circular nº 27) às unidades de tecnologia dos TRTs com relatório de acompanhamento de metas (painel), porém não disponível.

Foi sugerido pelo desembargador do TRT18, Dr. Daniel Viana, e aprovado pelo grupo avaliar o enfrentamento da situação mediante atuação da presidência do CSJT.

Item: 2.3 Revisão do Plano Estratégico da JT 2021-2026

A SEGGEST deu início ao processo de revisão do Plano Estratégico da JT.

1. Foi realizada reunião técnica dos Gestores de Governança e Estratégia da JT, no CSJT, nos dias 17 e 18 de maio, de forma a apresentar as diretrizes e ações para esse processo participativo em toda a JT. Busca-se, prioritariamente, o desdobramento de todos os



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Reunião Comitê Nacional de Governança e Estratégia

objetivos estratégicos e a identificação e priorização de iniciativas que contribuam para o cumprimento desses objetivos.

2. A SEGGEST apresentará a esses gestores uma minuta de proposta de revisão com base nas discussões ocorridas e nas percepções do monitoramento da estratégia da JT pelo CSJT.
3. Após período de análise e considerações, uma nova reunião presencial será agendada para formulação da proposta inicial de revisão.
4. Essa proposta deverá ser submetida à rede de governança e estratégia da JT para que seja debatida e criticada para prosseguimento conforme processo definido na Resolução CSJT nº 259/2020.

Deliberação:

O Secretário-Geral e o Secretário de Governança e Gestão Estratégica do CSJT relataram a realização da reunião técnica dos gestores de governança e gestão estratégica da Justiça do trabalho nos dias 17 e 18 de maio, oportunidade em que se deu início ao processo de revisão do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho (PE-JT) a partir da interação dos gestores do CSJT com os gestores da JT na temática, de modo a expor problemáticas carentes de tratamento no PE-JT e a alinhar a visão dos participantes do processo.

Pontuou-se a necessidade de complementação do desdobramento de objetivos estratégicos por meio de indicadores, metas e projetos, bem como de acrescer à perspectiva do plano construído pelos TRTs desafios estratégicos identificados pelo CSJT, tais como: melhoria do planejamento e da execução orçamentária; padronização de métodos de cálculos de mesma característica; uniformização da segurança da informação na JT; gestão dos imóveis da JT e garantia de recursos para execução de obras de sustentabilidade e acessibilidade.

Desse modo, os próximos passos serão desenvolvidos de acordo com os itens 2, 3 e 4.

Item:	2.4 Proposta de Metas 2024 - Processo participativo - Consulta pública
--------------	---

Em reunião técnica dos Gestores de Governança e Estratégia da JT, realizada no CSJT, nos dias 17 e 18 de maio, restou definida a realização de consulta pública (processo participativo) para a elaboração da Proposta Inicial de Metas de 2024 (PIME 2024).

O questionário (consulta) será disponibilizado pelo CSJT entre os dias 12 e 18 de junho.

A seguir o cronograma de ações acordado e questionário aprovado:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Reunião Comitê Nacional de Governança e Estratégia

Data	Atividade	Responsável
5 a 9/6/2023	Definição de campanha de divulgação nacional	<u>SGGEST/SECOM</u>
12 a 18/6/2023	Divulgação e aplicação da pesquisa	TRTs
19 a 23/6/2023	Consolidação dos resultados	<u>SEGGEST</u>
23/6/2023	Divulgação dos resultados	<u>SEGGEST</u>
26/6 a 14/7/2023	Avaliação da PIME pelos TRTs	TRTs
17 a 21/7/2023	Reunião dos Subcomitês para avaliação da PIME (RAE)	Subcomitês de grande, médio e pequeno
24 a 28/7/2023	Reunião do CGE-JT para aprovação da PIME (RAE)	CGE-JT
Agosto	Apresentação aos Presidentes e Corregedores (Coleprecor)	<u>SEGGEST</u>
Agosto	Eventuais ajustes na PIME	<u>SEGGEST</u>
Agosto	2ª Reunião Preparatória do 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário	CNJ

Questionário:

1 - Nome do Respondente (opcional)

2 – Tipo de Respondente

- a) Cidadão(ã) - Trabalhador(a)/empregado(a)
- b) Cidadão(ã) - Empregador(a)
- c) Advogado(a)
- d) Membro do MPT
- e) Servidor(a) da Justiça do Trabalho*
- f) Magistrado(a) da Justiça do Trabalho*
- g) Representante de Sindicato/Associação de Classe – Servidor
- h) Representante de Associação de Classe – Magistrado
- i) Outros

3 – Indique a Instituição/Órgão vinculado: (Pergunta direcionada a quem responder as letras “e” e “f” do item 2.)

- a) CSJT
- b) TST
- c) TRT1
- d) TRT2
- e) TRT3
- f)
- g) TRT24



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Reunião Comitê Nacional de Governança e Estratégia

4 – Unidade da Federação

- a) Acre
- b) Alagoas
- c) Amapá
- d)

5 - No que você acha que a Justiça do Trabalho pode melhorar? Marque até três opções.

- Agilidade das decisões
- Qualidade nas decisões
- Meios de solução consensual dos conflitos
- Acesso à Justiça
- Acessibilidade
- Atuação mais sustentável
- Inovação na forma de atuar
- Desburocratização
- Racionalização de gastos
- Valorização do corpo funcional
- Não tenho opinião formada

Para responder as perguntas a seguir, adote a escala de 1 a 4, em que 1 representa discordo totalmente e 4 concordo totalmente.

6. A Justiça do Trabalho busca dar resposta aos processos nela iniciados com a maior agilidade possível. Qual seu nível de concordância em relação ao impacto das ações abaixo para agilizar o andamento processual?

6.1- Diminuir o quantitativo de processos aguardando finalização há 1 ano.

1. Discordo totalmente
2. Discordo parcialmente
3. Concordo parcialmente
4. Concordo totalmente

6.2-Incentivar a conciliação como forma de resolver conflitos sem necessidade de prosseguimento do processo judicial.

1. Discordo totalmente
2. Discordo parcialmente
3. Concordo parcialmente
4. Concordo totalmente

6.3-Adotar metodologias inovadoras de gestão administrativa e processual, com vistas à desburocratização e à agilidade dos serviços.

1. Discordo totalmente
2. Discordo parcialmente
3. Concordo parcialmente
4. Concordo totalmente

7. Qual o seu grau de concordância em relação à Justiça do Trabalho adotar ações voltadas ao combate do trabalho infantil, do assédio sexual e do trabalho análogo ao escravo?



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Reunião Comitê Nacional de Governança e Estratégia

1. Discordo totalmente
2. Discordo parcialmente
3. Concordo parcialmente
4. Concordo totalmente

Considerações/Deliberação:

O Secretário-Geral do CSJT informou que na reunião técnica dos Gestores de Governança e Estratégia da JT, realizada no CSJT, nos dias 17 e 18 de maio, foi definida a realização de consulta pública unificada (processo participativo) acerca da PIME 2024, bem como foi estabelecido o cronograma para a elaboração da Proposta de Metas da JT para 2024, a ser apresentada na 2ª reunião preparatória para o 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário, com o fechamento do cronograma.

O Secretário evidenciou que solicitará à unidade de Comunicação do CSJT ampla divulgação da consulta pública em âmbito interno e externo à Justiça do Trabalho.

Item:	2.5 Glossário de Indicadores do PE-JT - ajustes
--------------	--

A partir de proposições dos TRTs 1 e 12, a SEGGEST encaminha Relatório (**anexo**) ao CNGE para análise e deliberação quanto à oportunidade e conveniência de alteração do Glossário de Indicadores do PE-JT e, eventualmente, encaminhamento ao CNJ para solicitação de adequações do Glossário de Metas Nacionais.

Deliberação:

Quanto aos erros de cálculo e de contabilização identificados na meta nacional 10 de 2022, decidiu-se reiterar a situação ao CNJ objetivando a correção dos resultados a serem considerados no prêmio CNJ de qualidade, assim como a fidedignidade e a transparência dos dados transmitidos à sociedade.

No que concerne à meta nacional 5, a SEGGEST encaminhará o Relatório apresentado na reunião à rede de governança da Justiça do Trabalho com o intuito de que os TRTs apontem, até o dia 27 de junho de 2023, considerações sobre a inclusão do item 2.275/92.275 - Recursos de Revista pendentes - suspensos ou sobrestados à variável de processos SUSPENSOS (SUS), para eventuais providências de ajuste do glossário da JT.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Reunião Comitê Nacional de Governança e Estratégia

Item:	2.6 Portfólio de Iniciativas Nacionais - PE-JT 2021-2026 - atualização
<p>Conforme OFÍCIO CSJT.GP.SG.SEGGEST Nº 9/2023, de 17 de janeiro, enviado ao TRT da 12ª Região, o CSJT apresenta proposta de alteração do Portfólio PE-JT 2021-2026 nos seguintes termos:</p> <p>Não obstante as iniciativas "<i>Ofício aos Maiores Litigantes para Credenciamento Prévio do §1º do art. 246 do CPC</i>" e "<i>Análise ergonômica remota dos postos de trabalho domiciliares dos teletrabalhadores oficiais</i>" terem sido agraciadas com o Prêmio Cooperari e, conseqüentemente, incorporadas ao Portfólio PE-JT 2021- 2026, este Conselho Superior da Justiça do Trabalho avalia ser essencial a consulta ao CNGE sobre a oportunidade e a conveniência de execução dessas soluções em âmbito nacional, como originalmente previsto, pelos seguintes motivos:</p> <ol style="list-style-type: none">1. <i>Ofício aos Maiores Litigantes para Credenciamento Prévio do §1º do art. 246 do CPC:</i><ol style="list-style-type: none">a. como alertado no Plano de Iniciativa Nacional elaborado pelo TRT12, considerando que a Lei 14.195/2021 "<i>pretende criar um cadastro nacional de endereços eletrônicos e compartilhá-lo com o Poder Judiciário, o envio de ofícios aos maiores litigantes pode ser um trabalho desnecessário. Contudo, caso exista prolongada demora, não seja efetivado a contento o cadastro nacional ou não seja, por algum motivo, implementada a comunicação entre a base de dados federal e o Poder Judiciário, o cadastro nos moldes do projeto volta a ser relevante, pois permite a comunicação eletrônica (mais ágil e barata), ao menos aos maiores litigantes</i>" (grifo nosso)b. o Tribunal Regional da 12ª Região aponta, ainda, que "<i>Referida norma, tal qual se apontava no projeto, também considera a pena de multa em hipótese de o destinatário dificultar o recebimento da comunicação oficial eletrônica</i>";c. o Excelentíssimo Sr. Juiz Daniel Lisboa, responsável pela iniciativa, reiterou, em 30/8/2022, o risco apontado na PIN e informou que, por outro lado, o citado banco de dados nacional ainda não está disponível;d. está em andamento, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), projeto para implantação do referido cadastro nacional, conforme informações do Excelentíssimo Sr. Juiz Bráulio, Secretário-Geral do CSJT;2. <i>Análise ergonômica remota dos postos de trabalho domiciliares dos teletrabalhadores oficiais:</i><ol style="list-style-type: none">a. retomada do trabalho presencial em todos os órgãos da Justiça do Trabalho. <p>Nesse sentido, propõe-se a exclusão dessas duas iniciativas do Portfólio PE-JT 2021- 2026.</p>	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Reunião Comitê Nacional de Governança e Estratégia

Deliberação:

Decidiu-se inativar as iniciativas apontadas nos itens 1 e 2, de modo a manter o histórico do portfólio, sem que sejam excluídas por completo.

A ata foi submetida aos membros do Comitê e convidados, que a aprovaram.